

IDENTIDADES DE GÊNEROS: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mila Nayane da Silva, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil, milanayane@hotmail.com

Sandra Maria Gadelha de Carvalho, Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Tânia Maria Lima, Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas de uma professora da educação infantil (Ciclo IV) desenvolvidas durante o período de pandemia da covid-19, alusivas, especificamente, a abordagem das questões de gênero com as crianças. A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, tendo em vista a análise do material de aula fornecido pela professora, denominado “Guia de aprendizagem”, que consiste em um conjunto de atividades enviadas por ela às famílias das crianças, visando a orientação das aulas remotas no ano letivo de 2021. Para tanto, foram analisadas algumas práticas docentes realizadas por ela sob a ótica das discussões de gênero. As análises demonstraram que é possível produzir atividades pedagógicas visando possibilidades de atravessar as questões referentes a gênero e que o fazer pedagógico, mesmo em contexto de pandemia, é capaz de gerar potencialidades em práticas educativas que não endossam a violência gerada pelo sexismo e machismo. Assim, os guias de aprendizagem mostraram que a educação escolar em diálogo com práticas de transformação social, neste caso, de engajamento docente, pode agir em para construir relações com base no bem comum.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A temática de Gênero configura um desafio para profissionais da educação, pois traz pautas para a reflexão no que diz respeito à própria prática de ensino, a qual está intrinsecamente ligada às normas sociais de gênero, logo, incluindo também as categorias igualdade, diferença e diversidade, esta última, como sabemos, é usualmente presente no meio pedagógico e nos documentos que orientam a educação de crianças.

Para construir uma proposta de Educação Infantil equitativa e, também, uma sociedade justa, é fundamental que enfrentemos as formas violentas e sutis em que a opressão se expressa, ocultadas muitas vezes pelo discurso do respeito à diversidade presente no espaço escolar, pois como nos alerta Silva (2012), utilizar uma abordagem “[...] que simplesmente reconheça o fato da diversidade torna-se incapaz de fornecer os instrumentos para questionar precisamente os mecanismos e as instituições que fixam as pessoas em determinadas identidades culturais [...]” (p. 99).

No entanto, partimos do entendimento de que práticas pedagógicas que insurgem em meio às normas de padronização do ser e estar no mundo são possíveis de serem realizadas no contexto escolar, penetrando em suas fissuras e no currículo escolar. Mesmo com destaque para alguns trechos em documentos da Educação Infantil que tratam sobre a forma equitativa que deve ser posta em prática em momentos da formação das crianças, o “aprendizado por separação” (Aued, 2020, p. 51) não está ausente da prática pedagógica de todas as Instituições de Educação Infantil.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as práticas pedagógicas com recorte de gênero nos guias de aprendizagem de uma professora da educação infantil. Para tanto, como objetivos específicos foram traçados: identificar as possíveis estratégias que tratam das questões de gênero na prática pedagógica em análise; observar quais são os artefatos culturais e suportes dessas práticas no planejamento pedagógico da professora e discutir sobre como as práticas que trabalham direta ou indiretamente com gênero podem ser fontes em potencial para transformação da realidade vigente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é do tipo bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, tendo em vista a análise do material de aula fornecido pela professora, denominado “Guia de aprendizagem”, que consiste em um conjunto de atividades enviadas por ela às famílias das crianças, visando a orientação das aulas remotas no ano letivo de 2021.

A professora definida para este estudo é da rede municipal de educação infantil, localizada na zona rural do município de Russas, precisamente no distrito Ramal de Flores, no estado do Ceará.

Foram analisados quatorze (14) guias de aprendizagem do mês de março a dezembro de 2021 (Período marcado pela Pandemia ocasionada pela COVID-19) e, selecionadas duas (2) atividades para a exposição das análises empreendidas neste artigo. Conforme a docente, as atividades eram enviadas às famílias dos estudantes utilizando-se a rede social de maior uso pelas famílias - o aplicativo WhatsApp. Deste modo, o cumprimento das atividades era auxiliado pelos adultos na casa de cada criança.

Assim, considerando elementar a forma como lê-se a realidade vigente, no presente trabalho assume-se um olhar feminista e utiliza-se da categoria gênero para a análise das informações que foram coletadas ao longo da pesquisa, entendendo que “[...] talvez seja temerário dizer que já tenham sido superados os processos de guetização dos Estudos

Feministas. Provavelmente de formas mais sutis – e, portanto, mais difíceis de combater - a consolidação desse campo continua sofrendo restrições” (Louro, 2014, p. 154).

Por conseguinte, na próxima seção trataremos da análise das duas atividades que compõem os guias de aprendizagem, as quais foram elencadas, considerando que, de algum modo atravessaram as ideias convencionais do conceito de “normalidade” sobre o que é definido socialmente como feminino e masculino, tomando como base a sociedade regida pelo patriarcado e a construção das identidades de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa teve como escopo a análise de atividades enviadas no período pandêmico às famílias das crianças de uma turma da educação infantil no Estado do Ceará. O conjunto dessas atividades foi denominado Guias de aprendizagem e consistia em direcionamentos para que as crianças realizassem a educação de forma remota com o auxílio dos familiares. Tal análise esteve orientada pela busca de práticas pedagógicas com potencialidades para o atravessamento no padrão da identidade de gênero feminino e masculino.

Tratar da temática gênero em diálogo com a Educação Infantil é desenvolver, a princípio, a compreensão de que crianças são sujeitos de direitos em todos os aspectos que compõem seu ser e estar no mundo. Neste sentido, o currículo escolar dentro da estrutura da instituição formativa vem a ser um dos pilares que tendem a definir os caminhos e possibilidades de trabalho com essa categoria nas Instituições de Educação Infantil.

Desde que iniciam sua vida escolar, as crianças já levam consigo o marcador de gênero, tendo em vista que este é aspecto característico da vida humana em nossa sociedade, e, no momento que passam a conviver em grupo no ambiente escolar, este marcador de algum modo expressa as significações que lhes foram atribuídas a partir do padrão estabelecido.

Neste contexto, “o modelo hegemônico de escola constitui-se como um lugar de correção, extensão por excelência das pedagogias preventivas e coercitivas, laboratório de currículos e de construções de corpos” (Caetano; Garcia, 2010, p. 117), no qual cada criança pode vir a ser inserida no meio de aprendizagem positivamente ou negativamente, tomando como ponto de partida marcadores sociais, assim como acontece com o marcador de gênero.

Por esse viés, o olhar atento para o currículo é necessário para desconstruir conhecimentos que podem impedir a criança de se reconhecer como sujeito de direitos nas suas brincadeiras, interações e relações sociais. Assim, cabe refletir que a construção dos gêneros masculino e feminino está na escola mesmo que esteja sendo, de forma velada ou diretamente negada por educadoras(es).

Somos sujeitos generificados desde o nascimento, com as escolhas e expectativas da gestação e denominação social menino ou menina. Dessa forma, as práticas pedagógicas planejadas com a intencionalidade de trabalhar com questões que atravessam o convencional se tratando de gênero, são essenciais a fim de assegurar os direitos de todas as crianças sem discriminação e preconceitos.

São essenciais as atividades pedagógicas que visam a construção de práticas de transformação, as quais têm a pretensão de transcender os muros da escola, pois são formas de romper com os discursos que constroem as relações de poder e também moldam as formas de ser.

Assim sendo, é urgente romper com o que Chimamanda Adichie denomina de o perigo da história única, nos mostrando que “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (Adichie, 2019, p. 23), nesta tessitura, o perigo da história única se desfaz à medida que outras possíveis composições de práticas pedagógicas são apresentadas e forjadas.

No tocante a construção de gênero no espaço escolar, ou seja, às masculinidades e feminilidades, pode-se observar do ponto de vista problematizador que corremos o risco de seguir um trajeto que concretiza o ser social moldado pelo discurso da normatividade hegemônica em vários aspectos, sobretudo, nos aspectos de gênero e sexualidade.

Porém, ao nos direcionar para as vivências que ocorrem na escola, temos o intento de ressignificar a compreensão do leitor e da leitora sobre a pluralidade das formas de estar no mundo em nossas relações sociais, notando que “[...] também se constrói na escola uma série de situações que representariam um ‘cruzamento de fronteiras’, ou seja, situações em que as fronteiras ou os limites entre os gêneros são atravessados” (Louro 2014, p. 83).

Pode-se observar que o espaço escolar pode ser permeado pela pedagogia da diferença, na perspectiva da edificação de novas relações sociais, as quais possuem a equidade em sua base. “Quando se pratica pedagogia, age-se com a intenção de criar experiências que, de determinadas maneiras, irão estruturar uma série de entendimentos de nosso mundo natural e social” (Giroux; Simon, 2009, p. 98).

A esse respeito, faz-se importante salientar que não há organização de conteúdo para o espaço escolar de forma neutra, da mesma forma que não há uma postura neutra do docente. Deste modo, a/o docente disposto(a) a trabalhar com atividades com a intencionalidade da equidade, trilha um caminho difícil, mas possível de ser atravessado por mudanças.

Atravessamentos e práticas educativas alusivas as questões de gênero na Educação infantil

O senso comum costuma enxergar “As crianças [...] como pré-humanas, pré-cidadãos inferiores” (Arroyo, 2013, p. 179-180). Assim são usualmente concebidos os sujeitos da infância, todavia, para dar início às análises do material, foi necessário ter como ponto de partida a compreensão de que as crianças são sujeitos de direitos. E com esta premissa pretendemos ao longo do texto trabalhar sob a ótica não universal do “ser criança”.

Neste sentido, a infância é vista como um período em que se pode apresentar na perspectiva de vivências permeadas por tudo que compõe o bem viver, por intermédio de direitos que devem ser garantidos e mantidos. Estes direitos não se esgotam na assistência básica, acoplando também o direito à alegria de serem apenas crianças, livres de estereótipos dos gêneros feminino e masculino.

Apesar disso, se tratando do contexto escolar, algumas vezes o momento da alegria é substituído por regras de condutas dirigidas ao comportamento correto de meninas e meninos, mesmo que sejam crianças pequenas (Guizzo, 2013).

É fato que há o reforço binário e universal das identidades de gênero no contexto da escola, assim como é na sociedade no sentido macro. Como se pode observar, a regulação nas escolas quanto ao comportamento de meninas e meninos ainda acontece. Muitas vezes esta é decorrente da própria formação docente, ao escasso acesso às temáticas de sexualidade e gênero, ou até mesmo às discussões que toquem no assunto da diversidade e diferenças.

Por este motivo, é interessante notar que as práticas pedagógicas com intencionalidade do trabalho com identidade gênero podem não ocorrer por conta da falta de conhecimento e preparo das(os) profissionais da educação infantil, apesar de haver direcionamentos que direta ou indiretamente tocam neste assunto. Mas é preciso sempre levar em consideração a sociedade vigente, a qual é regida pelos ditames patriarcais e pela heteronormatividade (Seffner, 2019. p. 50).

Deste modo, somos construídos como sujeitos de uma binaridade e coerência entre sexo-gênero-sexualidade tornando difícil pensar outros modos de viver como feminino e masculino. Isto não significa que abordar as questões de gênero com as crianças não seja uma via possível, pois o sujeito criança modelo da BNCC é um sujeito criativo, sensível, dialógico que constrói sua identidade pessoal, social e cultural sem discriminações ou preconceitos como destacado nos trechos a seguir:

Expressar como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens (Brasil, 2018, p. 38).

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Idem).

Do mesmo modo que há o reforço das identidades de gênero nas práticas de professoras(es), cabe destacar os pontos na BNCC que se pode reconhecer como base para a intencionalidade pedagógica da construção de um ambiente em que as crianças possam ser livres e viverem suas emoções sem estar ligadas à estereótipos de gêneros.

Desta forma, vale ressaltar que “[...] olhar para a norma alarga as possibilidades de trincá-la [...]” (Picchetti; Seffner, 2017, p. 735) no contexto escolar, e para além de olhar a norma, é preciso que se tracem práticas mediadas pela consciência crítica da política feminista, que se caracteriza como “[...] uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como pondo de partida as desigualdades de gênero” (Biroli; Miguel, 2014, p. 7, apud Silva, 2019, p. 41).

É nesta linha de pensamento que apresentamos as atividades propostas pela professora às crianças, as quais entendemos que tiveram/têm potencial de atravessarem as normas binárias de gênero.

Descrição e análise das práticas educativas realizadas pela professora com os alunos do ciclo de quatros anos da educação infantil.

A atividade 1 com o tema “*Tinoco e Livoca: uma história em que não é não*”, efetuada no dia 12/08/2021 na turma de educação infantil IV trabalhou nos campos de experiências: “o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação e espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. Apresentava como objetivo “expressar ideias, desejos, sentimentos sobre suas vivências, por meio de fotos, desenhos e outras formas de expressão.”

A professora utilizou a adaptação da música em formato de história como artefato cultural e, com o auxílio da gravação de vídeos, disponibilizou a contação de história para que as crianças posteriormente com ajuda do(a) responsável efetuassem o momento denominado “ampliando conhecimento (como fazer)” no roteiro enviado. Esta parte é a que mais nos deteremos nas análises, uma vez que é ponto nodal observar que “O valor que a linguagem tem

no mundo social transcende as fronteiras de sua função de comunicação e expressão, uma vez que ela permite que o sujeito [...] possa conhecer e apropriar-se do mundo e dos seus significados (Argüello, 2013, p. 109). Percebemos no decorrer das análises, que a literatura assumiu destaque como auxílio nos momentos em que as famílias precisaram construir as atividades pedagógicas.

Lembrando que “O racismo, o machismo, o classismo etc. estão tão fortemente internalizados e naturalizados em nossa cultura e que podem passar despercebidos até mesmo em materiais usados em sala de aula” (Junqueira, 2014b, p. 8), em vista disso, a seleção de tais artefatos literários é reconhecida de maneira propícia, pois abrange a divergência ao modo hegemônico da organização e relações sociais.

Na narrativa da obra observamos ser abordado com as crianças o respeito às decisões de outras pessoas, e sobretudo, traz para elas um momento em que podem refletir, dentro de seus limites, sobre a ideia do consentimento. Como podemos ilustrar em sua representação:

- Minhoca, minhoca, me dá uma beijoca!
- Não dou! Não dou!
- Então vou respeitar!
- Minhoco, minhoco, você é um bom moço! Me sinto respeitada, o meu muito obrigada!

O trecho destacado tenta demonstrar como as crianças podem reagir diante da resposta negativa do outro. Neste sentido, a referida atividade atravessa a construção usual do menino/homem que não é incentivado a aceitar o posicionamento de meninas/mulheres. Isso posto, podemos concordar quando Chimamanda Adichie (2015) nos diz que: “O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos” (p. 36).

Tendo em mente a letra convencional da cantiga popular “Minhoca”, a qual trata-se de: “Minhoca, minhoca / Me dá uma beijoca / Não dou, não dou / Então eu vou roubar”, que traz na sua composição a máxima do “então eu vou roubar”, compreende-se o modo como ambos os artefatos, através de seus discursos são divergentes e têm potencialidades distintas de construção/reforço de comportamentos.

Dessa forma é relevante pensar que “Se a linguagem não é a expressão ou a representação de uma realidade, e sim um modo de dizer e produzir a realidade, será sempre possível dizer outras coisas, de outros modos” (Sostisso, 2013, p. 85).

No tocante a atividade 2 com tema “*Brincando de desfile*”, realizada dia 24/09/2021, consistiu em trabalhar com todos os campos de experiências, tendo como finalidade “representar-se em situações de brincadeiras ou teatro apresentando suas características

corporais e expressar suas emoções e sentimentos de modo que seus hábitos, ritmos e preferências individuais sejam respeitadas no grupo em que convive”.

A atividade também teve como ponto de partida uma história: O desfile dos bichos (Elisabete Viana, 2011). Mesmo que não possa ser reconhecida de prontidão como prática que atravessa o convencional, percebe-se que a busca pela autonomia pode ser permeada pelo direito à alegria e felicidade, pois no momento em que a proposta lança o desfile das crianças, assim como o cuidado com a aparência, a sensação de estar apenas sendo meninas e meninos desfilando e brincando, aparentemente traz a possibilidade de as crianças vivenciarem a alegria. Sobre a interação presente nos momentos do brincar, a BNCC (2018) ressalta:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (Brasil, 2018, p. 37).

Mediante às brincadeiras, as crianças são possibilitadas a expressar suas emoções, a sua forma de ser individual ou em grupo. À face do exposto, a atividade 2 é considerada um atravessamento por proporcionar que meninos possam ter o direito à participação e liberdade de também pensarem em sua aparência e desfilarem, pois, sabe-se que o senso comum destina esta atividade e interesse apenas às meninas/mulheres. Tendo em vista que “É possível inferir ainda o quanto, aos meninos, há uma possibilidade menor de "atravessar" as fronteiras de gênero. A eles é menos permitido que façam "coisas" de meninas” (Guizzo, 2013, p. 34).

Então, a atividade, a partir do momento que considerou que meninas e meninos podiam desfilar, traçou um caminho de tentativa de atravessamento das identidades de gênero, assim como também envolveu a família nesta perspectiva, pois houve o convite para que desenvolvessem junto às crianças este momento.

É sabido que “Não há muros capazes de isolar a escola pública brasileira do seu entorno social, e semelhante situação inclusive não é desejável, pois a escola [...] se ocupa da alfabetização científica, mas também da formação do cidadão” (Picchetti; Seffner, 2017, p. 720).

Deste modo, respectivamente, são aferidos nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (vol I) o que são as crianças ao nascerem e quais os seus direitos em sociedade:

cidadãos de direitos;
indivíduos únicos, singulares;
seres sociais e históricos;
seres competentes, produtores de cultura;
indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral (Brasil, 2006, p. 18).



Confere-se que este documento, que dá conta do direcionamento da qualidade da educação infantil, salienta sobre a cidadania e os direitos de meninos e meninas desde seu nascimento. Como este trabalho tem o objetivo de apresentar os atravessamentos no que é tido como convencional no comportamento de meninas e meninos, ocorridos por intermédio de atividades pedagógicas, entendemos que a partir desta apreensão, encontra-se nas práticas destacadas acima a busca por dignidade, respeito, participação, autonomia e, principalmente, a alegria.

Desse modo, a escola tem potencial para ser um lugar no qual pode-se “[...] buscar inventar formas de conviver, ensinar, aprender, em favor da reinvenção e a dignificação da vida. A democracia e a educação de qualidade dependem disso” (Junqueira, 2014b, p. 7), pois é verdade que “Seríamos bem mais felizes, mais livres para sermos quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero” (Adichie, 2015, p. 37).

Nesta perspectiva, entende-se que “Anatomia não é destino” (Homem, 2019, p. 42), levando em conta que nascer portando gênero feminino ou masculino não pode ser considerado como uma espécie de “destino irreversível”, o qual as crianças estão presas às normas de comportamento, e nele, nota-se que o amor, e por consequência, a afetuosidade não são características validadas para meninos/homens.

As atividades pedagógicas descritas no guia de aprendizagem fizeram emergir o que Guacira Louro aborda sobre como são potentes as práticas cotidianas que podem ocorrer em diversos contextos, especificamente, no espaço escolar (Louro, 2014).

Neste ponto de vista, as práticas pedagógicas descritas têm potencial para serem consideradas práticas políticas, no sentido de serem insurgentes, onde a transgressão faz parte de sua significação no contexto escolar, que como observado, algumas vezes tende a reforçar práticas excludentes e sexistas, mesmo havendo um direcionamento em documentos referentes à educação infantil.

Considera-se que as práticas pedagógicas propostas às crianças podem ser reveladas como atividades com possibilidades de transgressão, na perspectiva da compreensão da construção social da identidade de gênero. Dessa maneira, “[...] para subverter, é necessário fazer aparecer [...] brechas, traçar e seguir uma linha de fuga que está, e sempre estará, no ‘espaço entre’ o submetimento e a subversão, no ‘espaço entre’ o que já foi significado e as inúmeras possibilidades [...]” (Paraíso, 2016a, p. 211).

No transcorrer desta pesquisa nota-se que as atividades lançadas às crianças foram direcionadas de acordo com o que é apregoado nos documentos que norteiam a educação infantil, mas estes, como é o caso da BNCC, veta qualquer menção diretamente à identidade de

gênero e orientação sexual. Sendo assim, demonstra limites sob os quais docentes podem trabalhar no contexto escolar.

Nesta linha de pensamento, as práticas pedagógicas propostas nos guias de aprendizagem caminham na perspectiva de que “Igualdade entre as pessoas não é anular as nuances e as diferenças existentes entre elas, mas garantir que tais variações não sejam usadas para se estabelecer relações de poder, hierarquia, violências e injustiças” (Lins; Machado; Escoura, 2016, p. 24).

Dessa forma foi observado sob nosso olhar, utilizando-se da categoria gênero, que a professora em sua prática pedagógica atravessa o convencional, possibilitando a insurgência em meio aos limites, assim, a docente responsável por esta turma da educação infantil segue o que bell hooks (2017, p. 256) denota a respeito da educação na perspectiva feminista, tendo em conta que "A educação feminista para a consciência crítica se arraiga no pressuposto de que o conhecimento e o pensamento crítico na sala de aula devem informar nossos hábitos de ser e modos de viver fora da escola".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que as atividades encontradas nos guias de aprendizagem, aqui analisadas, têm potencial para originar mudanças, pois vê-se que as práticas cotidianas, quando pensadas criticamente, são fontes de formação e transformação dos sujeitos, deste modo, a professora no decorrer do ano letivo de 2021 conseguiu estabelecer “experiências elásticas” (Bardanca, 2018, p. 82), nas quais consistem em saber de que forma podem começar, mas não se pode prognosticar as infinitas possibilidades que podem trazer

Observamos que as atividades mencionadas demonstraram potencial para construir as possibilidades de atravessamento foi majoritariamente fazendo uso de artefatos culturais, como os livros de histórias. Deste modo, a literatura infanto-juvenil tem uma parcela significativa na construção de uma educação voltada para questionar e discutir sobre as questões que envolvem marcadores sociais de gênero.

Apreendemos, portanto, que é possível produzir atividades pedagógicas na educação infantil visando possibilidades de atravessar as questões referentes a gênero. Dessa maneira, observou-se que o fazer pedagógico, mesmo em um contexto de pandemia, é capaz de gerar potencialidades em práticas educativas que não endossam a violência gerada pelo sexismo e machismo. Assim, os guias de aprendizagem analisados mostraram que, apesar das limitações

impostas pelos retrocessos de documentos norteadores, a educação escolar em diálogo com a transformação social tende a construir relações com base no bem comum.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ARGÜELLO, Zandra Elisa Argüello. GUIZZO, Biaca Salazar. Contos a favor da equidade de gênero. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Biaca Salazar; BECK, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e educação / (organizadoras) Jane Felipe, Bianca Salazar Guizzo, Dinah Quesada Beck. - Canoas: Ed. ULBRA, 2013, p. 109-124.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. – 5. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas / Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Christina Baum. – 1º Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. O perigo de uma história única / Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Julia Romeu. – 1º Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARDANCA, Ángeles Abelleira. Os fios da infância / Ángeles Abelleira Bardanca, Isabel Abelleira Bardanca ; tradução Tais Romero. - São Paulo : Phort, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF, V. I, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale; GARCIA, Regina Leite. Corpo polissêmico: a trajetória e os atos de currículos de uma professora que transita na inteligibilidade social de gênero. Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

GUIZZO, Biaca Salazar. Masculinidades e feminilidades em construção na Educação Infantil. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Biaca Salazar; BECK, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e educação / (organizadoras) Jane Felipe, Bianca Salazar Guizzo, Dinah Quesada Beck. - Canoas: Ed. ULBRA, 2013, p. 29-44.

GIROUX, H.; SIMON, R. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOMEM, Maria. Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo/Maria Homem, Contardo Calligaris. – Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério. Conceitos de diversidade parte I. Entrevista concedida a Yéssica Lopes. Rev. Diversidade e Educação, v.2, n.3, jan./jun. 2014a, p. 4-11.

_____. Conceitos de diversidade parte II. Entrevista concedida a Yéssica Lopes. Rev. Diversidade e Educação, v.2, n.4, jul./dez. 2014b, p. 4-13.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. São Paulo: Reviravolta, 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016a.

PICCHETTI, Yara de Paula; SEFFNER, Fernando. Em gênero e sexualidade aprende-se pela repetição com diferença: cenas escolares. Linhas Críticas, Brasília, DF, v.23, n.52, p. 717-739, jun. 2017 a set. 2017.

SEFFNER, Fernando. Entrevista masculinidades. Revista Diversidade e Educação, v.8, n.2, p.6-19, Jul/Dez. 2019

SILVA, Mila Nayane. Aprendizados e insurgências das mulheres pela luta da terra. Dissertação (Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE), Universidade Estadual do Ceará – UECE, Limoeiro do Norte, 2019, 173 f.

SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 11. Ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

SOSTISSO, Débora Francez. Como criar meninos e meninas? O governo das condutas maternas e paternas para a constituição da infância. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Biaca Salazar; BECK, Dinah Quesada. Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e educação / (organizadoras) Jane Felipe, Bianca Salazar Guizzo, Dinah Quesada Beck. - Canoas: Ed. ULBRA, 2013, p. 63-88.